

Apresentado em  
Data 20/08/21



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Porto Nacional

Aprovado em  
Data 20/08/21

CÂMARA MUNICIPAL  
DE PORTO NACIONAL - TO  
PROVIDENCIADO

REQUERIMENTO Nº 515 /2021

FM 23/08/21 OF. nº 185

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE  
PORTO NACIONAL-TO.

O Vereador que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a Vossa Excelência, após anuência do Douto Plenário, que seja encaminhado ao Prefeito Municipal **Ronivon Maciel**, para que venha cobrar da Agência Reguladora ATR o cumprimento da Lei nº 3.801 de 16 de Junho de 2021 publicada no diário oficial do Estado nº 5.888 de 16/07/2021, sobre a empresa concessionária Saneatins/BRK. Em caráter de urgência, urgentíssima.

Art.1º Fica extinta a cobrança de tarifas e taxas de consumo mínimas ou de assinatura básicas, cobradas pelas concessionárias prestadoras de serviços, devendo o consumidor arcar apenas com o pagamento do efetivo consumo ou uso do produto ou serviço disponibilizado pela concessionária de:

I - água;

Parágrafo único. As concessionárias de que trata o caput somente poderão cobrar pelo serviço disponibilizado, aferido individualmente para o consumidor, ficando impedidas da cobrança de tarifa, taxa mínima ou assinatura básica de qualquer natureza e a qualquer título.

Lei integral em anexo.

Sala das Sessões, 20 de Agosto de 2021.

Firmino Fernandes da Rocha  
(Firmino Rocha)  
Vereador

Charles Rodrigues de Sousa  
"Honestidade e Respeito a Serviço do Povo"  
- Vereador -

Firmino Fernandes da Rocha  
(Firmino Rocha)  
Vereador

Tony Andrade  
(Tony Andrade)  
Vereador

Gilmar Praga de Araújo  
Vereador

Geylson Neres Gomes  
Vereador

Jefferson Lopes B. Filho  
Vereador

Jacy Cleonice Pereira da Silva  
Vereador

**LEI Nº 3.801, DE 16 DE JULHO DE 2021.**

Publicado no Diário Oficial nº 5.888 de 16/07/2021.

**Dispõe sobre a extinção da cobrança da tarifa mínima ou de assinatura básica, pelas concessionárias prestadoras de serviços.**

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu promulgo, nos termos do art. 29, §5º, da Constituição do Estado, a seguinte Lei:

Art.1º Fica extinta a cobrança de tarifas e taxas de consumo mínimas ou de assinatura básicas, cobradas pelas concessionárias prestadoras de serviços, devendo o consumidor arcar apenas com o pagamento do efetivo consumo ou uso do produto ou serviço disponibilizado pela concessionária de:

I - água;

II - energia elétrica.

Parágrafo único. As concessionárias de que trata o *caput* somente poderão cobrar pelo serviço disponibilizado, aferido individualmente para o consumidor, ficando impedidas da cobrança de tarifa, taxa mínima ou assinatura básica de qualquer natureza e a qualquer título.

Art. 2º O não cumprimento do disposto no Art 1º implicará na aplicação, pelo órgão responsável das penalidades previstas na lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 16 dias do mês de julho de 2021, 200º da Independência, 133º da República e 33º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado